

34.01.88

# Equívocos históricos

IGNÁCIO M. RANGEL

3/88

As crises —ou fases recessivas dos ciclos brasileiros— têm todas, ao mesmo tempo, um ar de família, e peculiaridades que fazem de cada uma delas um fato inédito. Para não cairmos no ardil do conceito, que nos leva a examinar cada fenômeno pelo lado em que ele aparentemente não muda, devemos enfatizar o ineditismo de cada crise específica, sem perder de vista, porém, que ineditismo e repetitividade são aspectos inseparáveis do fenômeno estudado.

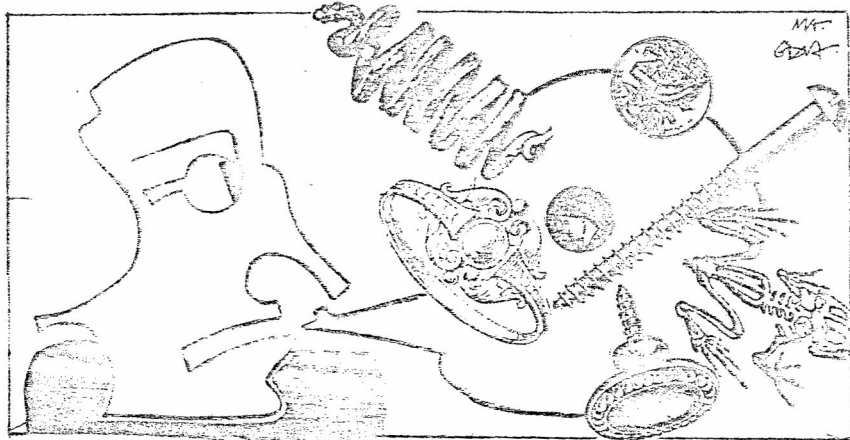
Com efeito, dado que nossa industrialização se processa através de uma sequência de desenvolvimentos setoriais, os quais, por um lado liquidam o atraso relativo de determinado setor, suscitando, por outro, novos desajustamentos setoriais, as crises caracterizam-se pelo surgimento simultâneo de áreas de ociosidade, nos setores que se vinham desenvolvendo prioritariamente, e de áreas de estrangulamento, cujo atraso relativo tornou-se evidente precisamente como reflexo do crescimento do sistema, crescimento esse resultante das mudanças induzidas pelo esforço de formação de capital nas áreas surgidas como portadoras de ociosidade.

Na presente conjuntura, a economia brasileira caracteriza-se por uma produção de bens de produção incompatível —isto é, maior— com as necessidades gerais do sistema. Uma das consequências mais importantes desse desajustamento salarial foi o aparecimento de uma agricultura relativamente moderna, que resultou na formação de duas espécies de excedentes, a saber: a) de bens agrícolas específicos; b) de braços. Isso sem falarmos no excedente original, a saber, a capacidade de produção da indústria de bens de produção. Esta a área de ociosidade.

Por outro lado, para o nível alcançado de desenvolvimento, bom assim, para a estrutura assumida pelo sistema, surgiram áreas de estrangulamento, e devemos saber, a priori, que a crise resultante desse

desajustamento deverá, como de outras feitas, conduzir a mudanças institucionais que permitam a formação de novas capacidades nas áreas estranguladas, pelo investimento dos excedentes potenciais das áreas de ociosidade.

Mas já estamos advertidos de que devemos fugir ao ardil do conceito, no qual estaríamos caindo se pretendêssemos resolver o problema proposto pela presente crise, reeditando as mudanças postas em prática por ocasião das crises antecessoras desta. Tanto as atividades integrantes das áreas de ociosidade, como as das áreas de estrangulamento, estão organizadas em novos moldes e com novas técnicas tecnológicas e novas equações econômico-financeiras.



Uma coisa foi tomar sobras de caixa das fazendas de café para implantar fábricas de tecidos em Americana, no anos 30, e outra será tomar as sobras potenciais da indústria automobilística para financiar sistemas metropolitanos de transportes urbanos.

Porque, mutatis mutandis, é disso que se trata. As áreas de ociosidade e de estrangulamento estão estruturadas como sistemas estanque e é mister que sejam interligadas, como, em nosso exemplo, aconteceu com o café e a indústria leve. As atividades estranguladas estão, atualmente, organizadas como concessões de serviço público, sendo necessário reorganizá-las como concessões de serviços públicos a empresas privadas.

Isso não quer dizer que estivesse errado dar-lhes seu feitiço atual, nem que não haja atualmente atividades privadas que possam e devam passar à condição de atividades públicas. Cada coisa ao seu tempo. Nos anos 50 não havia interesses privados que quisessem ou pudessem assumir a responsabilidade, por exemplo, pelo suprimento de eletricidade. Ao contrário, porque o empresariado privado exigia que o Estado dissesse se encarregasse, até porque noutras áreas se configuravam mais convidativas oportunidades de investimento, o que agora falta.

A verdade é que não há atividades intrinsecamente públicas e atividades intrinsecamente privadas. Esta é uma questão a resolver-se pragmaticamente e, pragmatizante, rotomá-la, quando as circunstâncias o exigiam.

Nas presentes circunstâncias, já que ainda não temos a maturidade política necessária para resolver de plano tal problema, sempre que ele se apresente, devemos estar atentos para o trabalho da crise, a nossa mestra de sempre. A julgar por experiências prévias, a solução não virá com a clareza que, exami-

nando-a retrospectiva, poderemos atribuir-lhe. Aquilo que, ao primeiro exame, poderá parecer-nos resultado de uma opção progressista ou esquerdista, pode muito bem refletir iniciativas ortodoxas, conservadoras ou francamente reacionárias. Ou vice-versa.

Em meus quase três quartéis de séculos vividos, assisti a muitos desses equívocos. E me pergunto, agora se, quando esse quebra cabeças da conversão da dívida externa em capital de giro se houver finalmente esclarecido, não teremos pela frente algo pelo qual os progressistas dos próximos decênios se baterão, porque terá aberto a porta para a privatização de uns quantos serviços públicos, passagem obrigatória para a superação da presente crise. Assim, não obstante sua subjetividade reacionária, os pósteros julgarão a medida como progressista, quicá revolucionária. Afinal, quando o capitalismo industrial alcança certo estágio de seu desenvolvimento, tende a converter-se em capitalismo financeiro: o estágio supremo do desenvolvimento capitalista.

A recíproca também seria verdadeira. Se o Centrão, com o óbvio apoio da UDR, repudiar essa proposta de reforma agrária objetivamente retrógrada, proposta pela Subcomissão da Reforma Agrária, terá prestado relevante serviço ao país, inclusive, ou, principalmente, às massas trabalhadoras, porque terá fechado a porta à utopia. Afinal, aquele projeto implicaria fazer, nos anos 80, num país que agora dispõe de uma vigorosa indústria pesada, a reforma que nós, os revolucionários dos anos 30, não pudemos fazer, mas quando, pelo menos, isso fazia sentido, porque no latifúndio ou fora dele, e tecnologia agrícola seria a mesma.

Outra reforma terá que ser negociada, mas não creio que o empresariado agrícola seja hostil a ela.

IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista, foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e o membro do Conselho Federal de Economia.